

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.580.223 - SP (2019/0268895-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : R DE L M
ADVOGADO : RICARDO GUIMARÃES AMARAL - SP190320
AGRAVADO : PREVIDÊNCIA USIMINAS
ADVOGADO : NEY JOSE CAMPOS - MG044243

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por R DE L M em face da decisão acostada às fls. 641-643 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, inadmitiu o recurso especial manejado pelo ora agravante.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 440-447 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

PREVIDÊNCIA PRIVADA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C. C. COBRANÇA. Desconto vitalício em benefício de suplementação de aposentadoria. Obrigação de trato sucessivo. Prescrição restrita às prestações vencidas antes de cinco anos do ajuizamento da demanda. Compreensão das Súmulas 291 e 427 do C. STJ. Decadência não verificada. Recálculo e majoração da aposentadoria paga pelo INSS, com efeito retroativo, por força da Lei 8.213/91. Excesso de pagamento efetuado pelo fundo de previdência complementar no período da retroação. Cobrança dos valores pagos a mais pela entidade de previdência privada que se afigura legítima. Inteligência do art. 115, II, da Lei 8.213/91 e previsão contida no Regulamento do Plano. Apelado que assinou termo de aceitação de descontos vitalícios em seu benefício para a compensação das diferenças recebidas a mais, não podendo, agora, tentar eximir-se da obrigação assumida, sob pena de se caracterizar o axioma venire contra factum proprium non potest. Ausência de vício de consentimento no negócio jurídico celebrado entre as partes, que impõe reconhecer a sua validade para produzir os regulares efeitos de direito. Recurso provido.

Opostos embargos declaratórios (fls. 450-473 e-STJ), restaram desacolhidos na origem (fls. 515-520 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 523-551 e-STJ), alegou o insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: *(i)* artigo 1.022 do CPC/15, porquanto não sanados vícios suscitados nos aclaratórios; *(ii)* artigos 51 do Código de Defesa do Consumidor, 114 da Lei n. 8.213/91 e 151 do Código Civil, aduzindo ser indevida a restituição de parcelas recebidas de boa-fé e a penhora do benefício previdenciário, bem como a existência de coação no acordo extrajudicial firmado. Aduziram, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial.

Contrarrazões às fls. 865-709 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre, ensejando a interposição do presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está

acostada às fls. 646-658 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 661-670 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. Ressalta-se, de início, que o reconhecimento de negativa de prestação jurisdicional pressupõe, nos termos da jurisprudência desta Corte, o preenchimento dos seguintes requisitos: *(a)* que a questão tenha sido levantada oportunamente ou, ainda, trate de matéria de ordem pública, que possa conhecida a qualquer tempo pelas instâncias ordinárias; *(b)* a oposição de aclaratórios apontando, em específico, a omissão, contradição, obscuridade ou erro material; *(c)* a relevância da tese supostamente omitida, ou seja, que sua análise possa modificar a conclusão do julgamento; e *(d)* a inexistência de fundamento autônomo suficiente para manter o acórdão.

Nesse sentido: **EDcl no AgInt no AREsp 1207830/SP**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/11/2018, DJe 16/11/2018; **AgInt no AREsp 1294687/SP**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 18/09/2018; **EDcl no AgInt no REsp 1659455/RS**, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018; **AgInt no REsp 1497035/RS**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 29/08/2017; **EDcl no REsp 1593380/CE**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 24/11/2016.

Ademais, também no mérito recursal, a existência de fundamento autônomo inatado é óbice ao conhecimento do recurso, conforme enuncia a Súmula 283/STF, aplicável por analogia.

No caso, a Corte de origem concluiu ser devida a restituição dos valores recebidos a maior pelos seguintes fundamentos (fls. 443-447 e-STJ):

No tocante à matéria de fundo, tem-se o apelado foi aposentado por invalidez, pelo INSS, a partir de 1º de abril de 1994 (fl. 144), passando a receber suplementação de aposentadoria.

Em 08 de novembro de 1995 a Fundação Cosipa de Seguridade Social FEMCO, da qual a apelante é sucessora, comunicou ao apelado a revisão do valor da suplementação da aposentadoria, em razão da majoração do valor da aposentadoria paga pela Previdência Social, tendo ele assinado, em 14 de fevereiro de 2005, termo de aceitação de descontos vitalícios em seu benefício para a compensação das diferenças pagas a mais (fls. 150/152).

Ao que se tem, o benefício de suplementação de aposentadoria, recebido pelo apelado da apelante, consiste em uma renda mensal correspondente à diferença entre o salário que auferia na ativa e a aposentadoria paga pelo INSS.

Assim, em virtude de reajuste promovido pelo INSS no valor da aposentadoria, por força da Lei 8.213/91, com efeito retroativo, foram apuradas diferenças pagas a mais pela entidade de previdência privada, a título de suplementação de aposentaria, no período de 16 de março de 1990 a 31 de março de 1994.

Ressalta-se, também, que os descontos realizados pela apelante têm respaldo

no art. 115, II, da Lei nº 8.213/91 (“Podem ser descontados dos benefícios: II - pagamento de benefício além do devido”) e no Regulamento do plano de benefícios, art. 120 e seguintes (fls. 242/304).

[...]

Nesta senda, diante da majoração da aposentadoria recebida pelo apelado do INSS, com efeito retroativo, legítimo o recálculo da suplementação paga pela apelante e a cobrança das quantias pagas a mais, no período em discussão, sendo inaplicável à hipótese o entendimento de que são irrepetíveis os valores, por terem sido recebidos de boa-fé pelo apelado.

[...]

Dessume-se, portanto, que não há ilegalidade nos descontos vitalícios efetuados pela apelante no benefício de suplementação de aposentadoria recebido pelo apelado, a título de reposição dos valores pagos a mais no período em comento, o que impõe a rejeição da pretensão inicial.

Não foi impugnado o fundamento central da decisão recorrida, no sentido de que **a restituição é devida em razão da revisão retroativa do benefício da previdência oficial.**

Ademais, ainda que infirmado o acórdão no ponto em concluiu inexistir vício no acordo celebrado entre as partes, a revisão de tal premissa encontra óbice na Súmula 7/STJ - sendo tal fundamento, igualmente, suficiente para manutenção do acórdão recorrido.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, **nega-se provimento ao agravo em recurso especial** e, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, majora-se os honorários sucumbenciais em 10% (dez por cento), incidente sobre o valor já arbitrado pela origem (fl. 447 e-STJ), em favor da parte recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator